

BENDIX E A DICOTOMIA ENTRE TRADIÇÃO E MODERNIDADE

*Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior**

RESUMO

O artigo, a partir da obra *Construção Nacional e Cidadania*, de Reinhard Bendix, reflete sobre a dicotomia estabelecida, em parte da produção teórica das ciências sociais, entre tradição e modernidade, visando uma compreensão dos termos implicados no debate sociológico sobre esta dicotomia.

Palavras-chave: Modernidade. Tradição. Reinhard Bendix.

1 INTRODUÇÃO

As noções de tradição e modernidade, no âmbito da Sociologia e, mais ainda, no senso comum, tendem a ser abordadas de forma dicotômica. Tradição e modernidade são concebidas, normalmente, como noções ou, mesmo, momentos históricos sucessivos, opostos, incompatíveis e mutuamente excludentes, já que a realização do moderno implicaria na eliminação, mais ou menos abrupta, do tradicional. Tomando como referência básica o livro *Construção Nacional e Cidadania*, de Reinhard Bendix, o objetivo principal deste artigo é fazer uma aproximação do debate acadêmico realizado em torno da referida dicotomia, visando uma compreensão mínima dos termos que nela estão implicados e uma crítica a mais essa dicotomia que marca e limita o pensamento sociológico¹.

A discussão sobre tradição e modernidade compõe o conjunto das preocupações sociológicas para com a mudança social e aí obtém o seu significado. A possibilidade atual de se pensar a diferença conceitual entre estes dois momentos deve-se às grandes transformações originadas na Europa Ocidental, com a passagem do feudalismo para o capitalismo e que, em ritmo cada vez mais acelerado, se difundiram crescentemente, atingindo os mais diferentes povos, das formas mais diferenciadas. É o resultado deste conjunto de transformações de ordem econômica, política, social, cultural, religiosa que comumente é denomina-

*Doutor em Ciências Humanas (Sociologia) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Adjunto de Sociologia do Departamento de Sociologia e Antropologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão. Coordenador do Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente - GEDMMA.

do de modernidade.

Procuramos fazer esta discussão num momento em que o fim das mudanças sociais profundas foi amplamente proclamado, já que os países e regiões que têm sido denominados de “modernos” teriam atingido o modelo definitivo de organização social, econômica e política, a ser seguido por todos aqueles que ainda se encontram em situação de “atraso”, de “subdesenvolvimento”². Contudo, nos parece que a pertinência da discussão se mantém, pois as conseqüências do que vem sendo denominado de modernidade têm dado mostras de que nem todas as expectativas relativas aos vários processos de modernização estão sendo atingidas. A frustração com o projeto de modernidade, estabelecido no âmbito do pensamento iluminista e consolidado com as revoluções econômicas e políticas da Europa Ocidental no século XVIII, torna-se cada vez mais evidente (SANTOS, 1995). Muito do que já havia sido alcançado, em termos de garantias de qualidade de vida de grande parte da população e de esperanças quanto ao futuro das sociedades humanas nos países e regiões chamados modernos, está sendo ameaçado, contraditoriamente, num momento que os avanços tecnológicos assumem proporções sem precedentes. Os efeitos ambientais da indústria moderna e de seus produtos colocam em risco o equilíbrio ecológico do planeta e ameaçam, com intensidade sem precedentes, a possibilidade de sobrevivência da espécie humana. Além disto, considerando o fato de que pensamos estes conceitos estando no Brasil, um país que não é considerado como participante do clube dos modernos, a discussão sobre a dicotomia em foco faz-se ainda mais necessária, pois os anseios por modernização são expressos constantemente tanto nos pronunciamentos políticos e governamentais quanto nas conversas mais cotidianas. Não pretendemos esgotar, aqui, tais questões. No entanto, a aproximação que hora ensinamos, destina-se a contribuir em sua discussão.

Como elemento de referência para a discussão, neste artigo, recorreremos à obra *“Construção Nacional e Cidadania”* de Reinhard Bendix (1996). A escolha do livro de Bendix como referencial teórico básico se dá em função do tratamento instigante conferido ao tema que nos propomos examinar, oferecendo uma contribuição bastante pertinente no sentido de enfrentar as compreensões dicotômicas com que temos nos deparado. Além disso, o autor oferece elementos que permitem clarear melhor os termos da discussão. Contudo, não deixamos de considerar que estamos lidando com uma obra historicamente situada (a primeira edição é de 1964), cujo alcance sofre os limites de seu tempo, bem como, da perspectiva teórico-metodológica adotada.

2 TRADIÇÃO E MODERNIDADE EM BENDIX

Na tentativa de detectar qual o tratamento dado à relação existente entre os conceitos de tradição e modernidade no livro Bendix (1996), pode-se notar, de forma inequívoca que, sem abandonar estes conceitos, o autor apresenta uma instigante crítica à sua abordagem dicotômica, buscando repensar sua freqüente utilização pelo pensamento social contemporâneo.

2.1 Crítica ao evolucionismo

Buscando elementos que sustentem a crítica e revisão dos conceitos em foco, em vários momentos do livro, o autor busca diferenciar-se da perspectiva evolucionista, ou neo-evolucionista, que permeia grande parte das análises sobre a mudança social. Desta forma, partilhando de uma “tradição” que tem em Weber um nome expressivo³, ele aponta para a necessidade de evitar a leitura ligada à teoria da evolução social que tem “a concepção da sociedade como uma estrutura que se origina numa série fixa de condições e se caracteriza por atributos mutuamente reforçadores que fazem a mudança da estrutura aparecer como uma modificação inevitável de variáveis inter-relacionadas” (BENDIX, 1996, p. 367). Esta concepção leva ao estabelecimento de leis da evolução social, baseadas em estágios necessários, e a certezas quanto ao desenvolvimento das várias sociedades, fazendo crer que toda a humanidade, apesar das peculiaridades locais, caminha para um mesmo rumo, cuja possibilidade de determinação é dada cientificamente. Lembra, assim, que hoje:

Há uma consciência cosmopolita da diversidade de culturas e uma grande tolerância em relação à qualidades únicas de cada povo. Entretanto, essa consciência e essa tolerância estão também associadas a um espírito científico que tende a conceber as sociedades complexas como sistemas naturais que definem limites e leis invariáveis que governam um processo equilibrado (BENDIX, 1996, p. 44).

Numa abordagem semelhante, mas um pouco mais enfática, Eisenstadt (1987, p. 05) aponta para o papel da teoria da modernização⁴ na consolidação de uma perspectiva evolucionista de análise das mudanças sociais, ao afirmar o modelo ocidental de organização societária como o “the ultimate end-point of the evolution of all known societies - which brings out the evolutionary potential

common to all of them and of which the European experience was the most important and succinct manifestation and paradigm”. Utilizando como instrumento a experiência histórica mais recente, Bendix contesta este tipo de abordagem e afirma que

Atualmente, há muito mais incerteza sobre os objetivos da mudança social e mais consciência de seus custos. A crença na universalidade dos estágios evolutivos foi substituída pela compreensão de que o **momentum** dos eventos passados e a diversidade das estruturas sociais conduzem a diferentes caminhos de desenvolvimento, mesmo quando as mudanças de tecnologia são idênticas (BENDIX, 1996, p. 35).

De forma semelhante, Eisenstadt (1987, p. 04) afirma que se torna sempre mais evidente a “great institutional variability of different modern and modernizing societies - not only among the transitional, but also among the more developed, even highly industrialized societies”.

Assim, a crença em um único caminho para toda a humanidade seria descartada, tanto com relação às possibilidades de previsibilidade do futuro, quanto à visão do passado como resultado invariável de leis estabelecidas e cientificamente reconhecíveis. Bendix (1996, p. 47), ainda em acordo com Weber (2001)⁵, afirma conceber o futuro, tanto no passado quanto no presente, como incerto, o que impossibilitaria à previsibilidade dos desdobramentos das mudanças societárias em curso.

2.2 Industrialização, modernização, desenvolvimento

Tendo levantado a crítica de Bendix (1996) à visão evolucionista, e antes de apresentar seus argumentos contrários ao tratamento dicotômico de modernidade e tradição, é necessário apresentar, sucintamente, sua leitura crítica de como termos chave utilizados nos estudos feitos com relação à mudança social – tais como industrialização, modernização e desenvolvimento – são freqüentemente concebidos no conjunto da produção sociológica. Segundo o autor, o termo industrialização normalmente se refere às expressivas mudanças econômicas desencadeadas a partir da utilização, em grande escala, de uma tecnologia baseada em fontes inanimadas de energia e na contínua e crescente aplicação da pesquisa científica aos processos produtivos (BENDIX, 1996, p. 39).

Além disso, partindo desta compreensão básica, é comum que este concei-

to implique em características resultantes da própria industrialização, no âmbito da mudança técnica ou da mudança econômica. Segundo ao autor:

Uma lista incompleta da primeira incluiria a mudança de uma tecnologia tradicional para uma tecnologia baseada na aplicação do conhecimento científico, uma mudança na agricultura da lavoura de subsistência para uma produção comercial de produtos agrícolas, uma mudança na indústria do uso da força humana e animal para o uso de máquinas motorizadas, e uma mudança do local de trabalho e residência da fazenda e aldeia para centros urbanos. Uma lista incompleta da segunda incluiria os efeitos de uma crescente economia de mercado sobre a divisão do trabalho, a substituição por vínculos contratuais e monetários da antiga relação familiar ou quase-familiar entre empregador e empregado, a diversificação da estrutura ocupacional, a maior mobilidade social, o desenvolvimento da educação básica universal (BENDIX, 1996, p. 212).

Quanto ao termo modernização, o autor afirma que tem sido utilizado, comumente, na tradição sociológica, com referência:

a todas aquelas mudanças **sociais e políticas** que acompanharam a industrialização em muitos países da civilização ocidental, [...] (tais como) a urbanização, as mudanças na estrutura ocupacional, a mobilidade social, o desenvolvimento da educação, ... as mudanças sociais de instituições absolutistas a governos responsáveis e representativos e do **laissez-faire** a um Estado de bem-estar moderno (BENDIX, 1996, p. 39 e 40).

No mesmo sentido, e oferecendo mais elementos, em outro momento do texto, Bendix demonstra como modernização passou a ser:

... um termo que ficou em moda após a Segunda Guerra Mundial ... o senso comum da palavra “moderno” engloba toda a era desde o século XVIII, quando invenções como a máquina a vapor e a máquina de tecer forneceram a base técnica inicial para a industrialização das sociedades. A transformação econômica da Inglaterra coincidiu com o movimento de independência nas colônias americanas e a criação do Estado-nação na revolução Francesa. Conseqüentemente, a palavra “moderno” evoca também associações com a democratização das

sociedades, especialmente a destruição do privilégio herdado e a declaração de igualdade dos direitos de cidadania (BENDIX, 1996, p. 329).

Tendo apresentado as definições correntes de industrialização e modernização, o autor diz que “o termo ‘desenvolvimento’ pode ser usado quando se faz referência a mudanças afins em ambas as esferas” (BENDIX, 1996, p. 40).

Além disso, Bendix ainda afirma que, via de regra, no âmbito das Ciências Sociais, “o termo ‘industrialização’ e seus sinônimos referem-se aos processos pelos quais uma sociedade pode mudar de uma condição pré-industrial, ou tradicional, ou subdesenvolvida para uma condição industrial, ou moderna, ou desenvolvida” (BENDIX, 1996, p. 40).

Contudo, o autor aponta a necessidade de questionar este uso tão simplificado e acrítico de termos tão importantes nos estudos sobre mudança social, quando o objetivo é uma compreensão mais ampla do fenômeno estudado. Desta forma, o autor lembra que “conceitos pertinentes à industrialização, modernização e desenvolvimento são conceitos de aplicabilidade limitada” (BENDIX, 1996, p. 44), e procura, no conjunto da discussão sobre moderno e tradicional, repensar os significados usualmente conferidos aos mesmos, como procuraremos demonstrar a seguir.

2.3 Dicotomia entre tradição e modernidade

Como já dissemos anteriormente, as concepções de tradição e modernidade foram produzidas a partir das profundas mudanças que vêm marcando a grande maioria das sociedades humanas nos últimos séculos. A origem destas transformações pode ser apontada em diferentes momentos e a partir de fatos diferenciados, interligados ou não. Assim, desde as Grandes Navegações, do século XV, que expandiram os conhecimentos europeus sobre o mundo, até a descoberta da imprensa ou o surgimento de idéias relativas à igualdade representativa (BENDIX, 1996, p. 371), poderiam ser apontados como antecedentes ou passos iniciais no sentido das transformações societárias do ocidente europeu que culminaram no que veio a ser chamado de modernidade. No entanto, no século XVIII, as mudanças que vinham se conformando tomam um corpo definitivo e rupturas bruscas com formas de organização social anteriores concretizam-se, principalmente na Europa, gerando uma nova forma de conceber o mundo e produzindo novos conceitos para explicá-lo. Estes conceitos, via de regra, surgi-

ram carregando a marca da dicotomia, negando o passado mais recente e afirmando um novo momento que se vislumbrava. Segundo Bendix, “a Revolução Industrial na Inglaterra e a revolução política contemporânea na França tiveram um profundo impacto cultural, levando freqüentemente os homens de letras a formular penetrantes e hostis contrastes entre a velha e a nova ordem social” (BENDIX, 1996, p. 365).

A força dos acontecimentos, as posições políticas, os confrontos com tradições intelectuais estabelecidas levam a exacerbar as leituras de mundo e desta forma, “a ‘tradição’ e a ‘modernidade’ passaram a ser concebidas em termos mutuamente excludentes, não só como uma ajuda conceitual, mas também como uma declaração descritiva generalizada sobre os dois tipos contrastantes de sociedade” (BENDIX, 1996, p. 365).

Estas elaborações teóricas que tiveram grande influência sobre as ciências sociais nascentes – e levaram a um tratamento simplificado dos conceitos utilizados nos estudos sobre mudança social, em especial aos conceitos de tradição e modernidade, e conseqüentemente, a uma visão simplificada do processo que se buscava entender – passaram a ser a regra geral em praticamente todas as correntes de pensamento que compuseram as referidas ciências. Repensando de forma crítica este modo de compreensão das organizações sociais, Bendix (1996, p. 330) afirma que foi elaborada uma visão muito simplificada das sociedades tradicionais e modernas, bem como, dos processo de transição de umas para as outras, e, as conseqüências desta visão passariam a comprometer boa parte da elaboração teórica daí resultante, já que a “supersimplificação resultava de interpretações ideológicas do contraste entre tradição e modernidade, e de generalizações indevidas da experiência européia”.

Rejeitando estas posições dicotômicas, Bendix (1996, p. 332) busca marcar sua posição diferenciada ao afirmar que seu objetivo na obra aqui analisada seria demonstrar que o “contraste hostil entre tradição e modernidade” marca profundamente todo o pensamento social contemporâneo e que, até presente-mente, influencia as compreensões mais influentes sobre a sociedade moderna. Afirma, também, que estas compreensões são caudatárias de uma doutrina da tradição intelectual européia, segundo a qual, “uma vez que a industrialização está a caminho, ela tem certos resultados inevitáveis. A longo prazo, a modernidade expulsará a tradição, e as sociedades totalmente industrializadas se tornarão cada vez mais semelhantes” (BENDIX, 1996, p. 367).

2.4 Crítica à dicotomia

As teorias que afirmam a dicotomia entre tradição e modernidade, afirmam, também, que o moderno necessariamente eliminará o tradicional, na medida do êxito obtido pelas sociedades economicamente atrasadas em sua industrialização, tornando-se cada vez mais semelhantes aos países economicamente adiantados. Um dos argumentos utilizados por Bendix (1996, p. 42) para contestar estas teorias reside na constatação de que as sociedades industriais “retêm aspectos de sua estrutura social tradicional que foram combinados com o desenvolvimento econômico de várias maneiras”, mantendo suas tradições divergentes. Além deste aspecto, o autor ainda considera que “é provável que algumas ou muitas sociedades ‘em desenvolvimento’ não se ‘desenvolverão’ no sentido em que esse termo pode ser aplicado aos países industrializados do mundo moderno” (BENDIX, 1996, p.44). Desta forma, para o autor, as concepções de tradição e modernidade como mutuamente excludentes são falsas e a dicotomia não se justificaria nem tomando por referência o estudo das regiões consideradas pela teoria da modernização como modernas, nem daquelas consideradas como “atrasadas” ou “subdesenvolvidas”.

Bendix aprofunda sua posição contra a dicotomia ao criticar a leitura de tradição e modernidade como realidades mutuamente excludentes:

Contra a opinião de que a tradição e a modernidade são mutuamente excludentes, quero manter que mesmo as duas revoluções do século XVIII são entendidas mais corretamente como culminações de continuidades européias específicas, isto é, que elementos “modernos” eram evidentes muito antes da era moderna... A questão pode ser ilustrada com respeito às bases da ação social. Laços familiares, crenças religiosas, associações lingüísticas, comunalismo territorial, e outras são formas típicas de associação numa ordem social tradicional. Nenhum desses laços ou associações desapareceram (sic) mesmo nas sociedades mais industrializadas (BENDIX, 1996, p. 367).

Assim sendo, leva adiante suas críticas à forma dicotômica como predominantemente as ciências sociais vem tratando o tradicional e moderno, ao afirmar que:

nosso entendimento da mudança da ordem social será seriamente deficiente, se for modelado pela idéia de uma relação

inversa entre tradição e modernidade. A industrialização e seus correlatos não são simplesmente equivalentes ao surgimento da modernidade à custa da tradição, de modo que uma sociedade “inteiramente moderna” carente de qualquer tradição é uma abstração sem sentido (BENDIX, 1996, p. 43).

Por outro lado, quando a análise desloca-se das regiões européias, que iniciaram o processo de modernização, deve-se constatar que:

Todos os países, além da Inglaterra, desenvolveram-se ou estão se “desenvolvendo” no sentido de que adotam uma tecnologia já desenvolvida vinda de fora e várias instituições políticas, enquanto retêm sua estrutura social nativa, freqüentemente denominadas (sic) “arcaicas”, “feudais” ou “tradicionais” (BENDIX, 1996, p. 43).

Esta situação gera um quadro em que a crítica da dicotomia entre tradicional e moderno não pode avançar sem que se faça uma distinção entre sociedades avançadas e seguidoras, o que se mostrará eficiente para clarear as posições que aqui vem sendo expostas. Segundo Bendix “A ruptura econômica e política que ocorreu na Inglaterra e na França no fim do século XVIII colocou todos os outros países do mundo numa posição de ‘atraso’ ... A partir daí, o mundo foi dividido em sociedades avançadas e sociedades seguidoras” (BENDIX, 1996, p.372). E mais,

uma vez que as duas revoluções do século XVIII ocorreram, subseqüentes mudanças sociais foram caracterizadas por um aumento precipitado na velocidade e intensidade da comunicação. Idéias e técnicas passaram das sociedades “avançadas” para as “seguidoras”, e em menor grau, das sociedades “seguidoras” às “avançadas”. Dentro de um período histórico relativamente curto, há poucas sociedades que permaneceram imunes a esses impactos externos sobre suas estruturas (BENDIX, 1996, p. 373).

Países como Rússia (BENDIX, 1996, p. 181- 209), Alemanha, Japão (BENDIX, 1996, p. 211-244) e Índia (BENDIX, 1996, p. 245-326) são exemplos que o autor apresenta no livro de sociedades que foram, ou ainda são, sociedades “seguidoras”, que passaram, ou ainda passam, por processos tardios de industrialização, o que leva tanto a necessidade de importação de tecnologia já

elaborada nos países mais adiantados industrialmente, quanto a uma forte influência dos governos e das idéias políticas neste processo (Cf. p 233-234).

A distinção entre sociedades avançadas e seguidoras é importante porque coloca a discussão de tradição e modernidade para além das fronteiras dos países considerados desenvolvidos, e evidencia de forma ainda mais clara a simbiose necessária entre as características do moderno com aquelas associadas às sociedades tradicionais. Segundo Bendix, nos países e regiões denominados de “seguidores” as transformações ocorrem vinculadas necessariamente a acontecimentos e estímulos externos. Assim, os governos, normalmente, assumem o papel de protagonistas em sua implementação, muitas vezes enfrentando resistências enormes nas suas populações, além de produzirem realidades nas quais elementos específicos de um mundo moderno são importados (medicamentos, difusão do ensino, voto universal, por exemplo), sem que toda a sociedade tenha passado por aquelas mudanças que caracterizariam a modernidade⁶. Isto permite a Bendix trabalhar com uma distinção entre “modernização” e “modernidade”. Segundo o autor,

muitos atributos da modernização como difusão das primeiras letras ou da medicina moderna apareceram, ou foram adotados, isoladamente de outros atributos de uma sociedade moderna. Portanto, a modernização em alguma esfera da vida pode ocorrer sem resultar em “modernidade” (BENDIX, 1996, p. 44)⁷.

Para Bendix, desta forma, tradição e modernidade não se excluem. Pelo contrário, convivem, se confrontam ou se estimulam, e os caminhos traçados por cada povo, diante de uma modernidade que avança, vão depender de suas peculiaridades, das forças sociais internas, da sua tradição de resistência a invasões externas, de interesses internacionais, enfim, de sua história⁸. Assim, para o autor, não cabem previsões unificadoras sobre o futuro e cada caso deve ser tratado de forma particular, mesmo que à luz de comparações com outros semelhantes ou não⁹. Neste sentido, Bendix, reafirmando a crítica ao evolucionismo, pode afirmar que:

a questão é que os países que chegaram tarde ao processo de desenvolvimento possuem estruturas sociais que devem ser compreendidas em seus próprios termos mais do que meramente como “estágios transitórios” ao tipo de sociedade industrializada exemplificada pelo exemplo inglês ou, melhor ainda, pelo americano (BENDIX, 1996, p.244).

2.5 Re-propondo um contraste entre tradição e modernidade

A crítica que Bendix faz à forma como foi estabelecida a dicotomia entre tradição e modernidade não implica em uma negação, que seria também bastante simplificadora, das diferenças entre estes dois momentos conceituais e empíricos. Ao afirmar que

o fato de que o tempo e ... a distinção entre tradição e modernidade tenham sido supersimplificados não significa que possamos prescindir inteiramente desse contraste. Estudos da mudança social não são possíveis sem um modelo de “antes-e-depois” da estrutura social em questão (BENDIX, 1996, p. 358).

Bendix coloca as bases para discutir estes conceitos a partir de uma perspectiva que busca considerá-los “em termos da extensão e dos limites de sua aplicabilidade” (BENDIX, 1996, p. 39). Para o autor, não se pode desprezar “as categorias que nos são familiares em virtude da transformação e diversidade da própria experiência ocidental ... (considerando) ... que os **insights** obtidos no passado não devem ser descartados levianamente” (BENDIX, 1996, p. 36, grifo do autor). Além do que, “a mudança de ordem social das sociedades ocidentais pode fornecer fundamentos para estudos de mudança social fora da órbita ocidental - na medida em que generalizações prematuras de uma experiência limitada sejam evitadas” (BENDIX, 1996, p. 39).

Bendix (1996, p 362) afirma que o contraste entre os conceitos tradição e modernidade pode ser reformulado adequadamente, desde que os mesmos sejam formulados como tipos ideais que, não correspondendo necessariamente às experiências sociais empíricas podem ser preciosos instrumentos de aproximação com estas experiências (BENDIX, 1996, p. 362) Assim, apresenta os elementos gerais que compõem o conceito típico ideal de sociedades tradicionais, construído a partir das sociedade da Europa Ocidental:

É provavelmente verdade que as sociedades tradicionais são caracterizadas por normas culturais universalmente aceitas. Mas isso se harmoniza com a subserviência dos homens de letras à Igreja e aos patronos privados, e com a prevalência do analfabetismo na população em geral. Não é, portanto, acidental que termos como “ideologia” e “intelectuais” tenham se originado na Europa durante o século XVIII, quando as

crenças tradicionais foram desafiadas, homens de letras foram emancipados de sua prévia subserviência e a capacidade de ler aumentou junto com materiais impressos e um mercado para produtos literários. As normas culturais universais da sociedade tradicional também se harmonizam com um baixo nível de produtividade e de comunicação e com uma consequente fragmentação da estrutura social em termos econômicos, jurídicos e de disputas jurisdicionais entre um grande número de grupos solidários que dependem de sua coesão não só nas normas comuns, mas também nos imperativos de auto-ajuda e defesa. Em cada um desses grupos solidários e na constituição como um todo, a sociedade tende a ser profundamente dividida entre governantes e governados. Os de sangue azul têm uma participação desproporcional na riqueza, acesso privilegiado a posições de autoridade formal, desfrutam de sociabilidade, lazer e cultura, enquanto o grosso da população vive na lida do trabalho físico e na pobreza, sem acesso às primeiras letras, à cultura ou a posições de influência, e sem meios reconhecidos de divulgar suas injustiças. Nesse cenário, o termo “sociedade” dificilmente é aplicado, uma vez que o próprio povo vive em subordinação fragmentada, enquanto seus governantes constituem “a sociedade”, porque são as pessoas notáveis do país. Esses atributos podem bastar como uma concepção de contraste para a reformulação da modernidade (BENDIX, 1996, p. 362 e 363).

Em seguida, Bendix parte para apresentar sua compreensão do que seriam, contrastando com as tradicionais, os elementos que comporiam as sociedades modernas:

É provavelmente verdade que as sociedades modernas sejam caracterizadas pelas normas culturais relativamente reduzidas que são universalmente aceitas, e isso se harmoniza com uma relativa emancipação dos homens de letras e uma capacidade para ler quase universal na população em geral. A diferenciação estrutural na tecnologia e nas comunicações conduziu a altos níveis de produtividade e a um alto grau de interdependência impessoal. Associados com essa interdependência são os atributos do Estado-nação que foram observados anteriormente. A adjudicação de disputas legais, o recolhimento da renda, o controle da frequência à escola, o recrutamento militar, o sistema postal, a construção de

facilidades públicas e outras foram removidos da luta política entre as jurisdições concorrentes e se tornaram funções de um governo nacional. Outra característica afim da sociedade moderna é o processo de democratização fundamental pelo qual “aquelas classes que antigamente desempenhavam apenas um papel passivo na vida política” foram postas em ação. A velha divisão entre governantes e governado já não é nítida, uma vez que o governado tem o voto, e os governantes estão sujeitos a controles formais em muitos pontos. As distinções de **status** já não coincidem com os privilégios hereditários. Nesse cenário, o termo “sociedade” é apropriadamente aplicado a todas as pessoas num país que constituem essa sociedade em virtude de sua interdependência e igualdade como cidadãos (BENDIX, 1996, p. 363).

Segundo Bendix, esta forma de trabalhar os conceitos em foco teve por objetivo “desideologizar” o contraste convencionalmente estabelecido entre tradição e modernidade e proporcionar um ponto de partida para estudos posteriores (BENDIX, 1996, p. 364). Isto porque:

nesse nível geral, o contraste confirma-se no caso de muitas sociedades que sofreram um processo de modernização. As “sociedades mais tradicionais” carecem de meios para uma rápida comunicação, de modo que o grosso da população vive em enclaves relativamente pequenos, isolados uns dos outros. Contudo, se vamos além dessas generalidades, somos obrigados também a ir além do simples contraste aqui discutido... O estudo da mudança social nessas sociedades requereria, portanto, uma conceitualização mais específica do contraste entre tradição e modernidade, para ser analiticamente útil. O contraste geral aqui discutido deve ser apenas o início da análise, embora muitas vezes ele tenha sido errôneo para a própria análise (BENDIX, 1996, p. 364 e 365).

Contudo, de forma semelhante a Weber (2001) quando justifica a utilização de conceitos tipo ideal, diz que:

o fato de os tipos ideais de mudança social serem de limitada aplicabilidade torna-os mais, e não menos, úteis. Uma vez que a precariedade da formulação geral bem como as limitações do modelo da Europa ocidental são observados (sic), é então

apropriado também reconhecer a utilidade de focalizar a atenção na área em que a ruptura em relação à modernidade foi atingida em primeiro lugar (BENDIX, 1996, p. 364).

Bendix conclui esta discussão afirmando que:

a orientação que proponho considera a industrialização e democratização da Europa ocidental com uma ruptura histórica singular, culminando num desenvolvimento secular e especificamente europeu. Mas a modernização traz à tona descontinuidades especiais em virtude de suas tendências expansivas, de modo que a relação entre a estrutura intrínseca e o cenário externo das sociedades assume um significado especial. Portanto, a estrutura interna, desenvolvida historicamente, de um país e a emulação induzida por desenvolvimentos econômicos e políticos no exterior afetam o processo de modernização de cada país (BENDIX, 1996, p. 370 e 371).

Assim, o autor reafirma que “vários modelos de mudança são necessários, e são preferíveis a qualquer tentativa de forçar todos os tipos de mudança no leito de Procusto da experiência europeia” (BENDIX, 1996, p. 364)¹⁰.

3 CONCLUSÃO

A contribuição de Bendix (1996) no sentido de questionar a quase “naturalizada” dicotomia entre tradicional e moderno é significativa, pois repõe a questão em termos bastante pertinentes. No conjunto da obra, mesmo desfazendo os enganos de uma simplificação efetivada nas leituras sobre a mudança social, pode-se notar uma preocupação do autor em demonstrar os ganhos obtidos pelo processo geral de modernização no ocidente, principalmente com relação à tendência à democratização das regiões em que ocorre, bem como da ampliação da cidadania. Não podemos deixar de notar que, tendo a obra sido elaborada nos anos finais da década de 1960, ainda não se podia verificar a ameaça pela qual estes ganhos vêm passando, principalmente a partir dos anos 1980, com o crescente desmonte que vem sendo imposto ao Estado de Bem-Estar, na Europa, nos Estados Unidos e pela exigência do mercado internacional de que, nos países onde esta forma de organização social nem chegou a ser plenamente implantada, o Estado cada vez interfira menos nas relações econômicas, retirando-se de várias das funções que ainda vinha assumindo.

Além disso, a crescente importância que a questão ambiental tem assumido traz um novo componente para se discutir a viabilidade do modelo de produção industrial/consumo típico dos países considerados modernos, já que este modelo tem se mostrado progressivamente insustentável, devido à sua crescente necessidade de matéria-prima e à sua constante emissão de resíduos poluentes. Neste quadro, a compreensão do que vem a ser o moderno se altera bastante, e merece estudos aprofundados. Contudo, Bendix nos fornece elementos para que a leitura da tradição como algo a ser necessariamente eliminado possa ser enfrentada, na disputa pelos significados, que é também uma disputa política.

A recente crítica acadêmica à noção de desenvolvimento (ESCOBAR, 1996; RECASENS, 2000; SACHS, 2000) traz instigantes contribuições a estas discussões. Demonstrar que a generalização de noções como desenvolvimento e subdesenvolvimento, após o final da Segunda Grande Guerra, e sua adoção na formulação de políticas dos grandes organismos internacionais – como a Organização das Nações Unidas, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional – legitimam e aprofundam as clivagens entre, nos termos de Bendix, as sociedades “avançadas” e as “seguidoras”, condenando as últimas à eterna convivência com a sensação de déficit e de estarem sempre atrás o nunca alcançável. Esta crítica chama atenção, também, para a importância de conhecimentos e saberes desqualificados como arcaicos/tradicionais em função da ascensão hegemônica do saber científico/moderno. A revalorização de saberes e formas de organização social, relegados ao plano de arcaísmos a serem superados ou de resistências irracionais a serem vencidas pelo avanço da modernidade, apontam para a necessidade de contestação das dicotomias modernas.

Para os países do chamado Terceiro Mundo, esta contestação da dicotomia entre tradição e modernidade se torna ainda mais pertinente quando temos em mente a seguinte afirmação de Bendix “as repercussões imprevistas da expansão européia foram suficientemente eficazes para minar ou destruir as estruturas sociais existentes, mas com frequência nem de longe suficientemente eficazes para fornecer estruturas alternativas viáveis” (BENDIX, 1996, p. 326).

ABSTRACT

The article, from the work *Nation-Building and Citizenship*, by Reinhard Bendix, reflects upon the dichotomy established, in part of social sciences, between tradition and modernity, viewing a comprehension of the terms implicated on the sociological debate about this dichotomy.

Key-words: Modernity. Tradition. Reinhard Bendix

NOTAS

1 Para uma discussão de várias dicotomias que marcam o pensamento sociológico – tais como: modernidade X tradição; agência X estrutura; sujeito X objeto; global X local – ver Domingues (1995, 1999a e 1999b); Ianni (1989); Wagner (1994).

2 Para uma discussão mais ampla sobre a dicotomia historicamente estabelecida entre países e regiões “modernos e desenvolvidos” e “tradicionais, subdesenvolvidos e atrasados”, bem como para uma crítica à noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento, ver Escobar (1996); Recasens (2000); Sachs (2000); Sant’Ana Júnior (2004).

3 Para a crítica de Weber às perspectivas evolucionistas e determinista da análise histórica, ver Weber (2001)

4 Segundo Domingues (1993, p. 279), após a Segunda Grande Guerra, com fortes conotações evolucionistas e marcado otimismo liberal, aparece a Teoria da Modernização, sob o comando de Talcott Parsons, que “ofereceu uma interpretação de ambos os aspectos tratados pela Sociologia Clássica: a emergência da civilização ocidental e sua difusão pelo mundo”.

5 Weber (2001) descarta qualquer previsibilidade no processo histórico e, mesmo com relação ao passado, a análise deve considerar que os desdobramentos que se efetivaram foram aqueles situados em um leque muito mais amplo de possíveis e, portanto, muito longe de serem inexoráveis.

6 Numa posição diferenciada de Bendix, Berman (1986) faz uma extensa análise dos processos de modernização “tardia” em várias partes do mundo. Seu argumento fundamental é de que os processos “tardios” de modernização seriam os responsáveis pelo aprofundamento das desigualdades sociais, pois seriam implementados de forma seletiva e diferenciada. Este argumento pode ser contraposto com a lembrança de Wagner (1984) ao afirmar que a modernidade européia teria se instalado, também, de forma seletiva e diferenciada, a partir de restritos grupos sociais que gozavam de poder, igualmente, diferenciado. Afirma ainda, que, historicamente, o acesso de amplas camadas populacionais aos recursos econômicos, políticos e sociais gerados no mundo moderno somente foi possível graças às mobilizações e lutas destas camadas inicialmente excluídas deste acesso.

7 Bauman (1998) tem uma posição diferenciada desta afirmação de Bendix. Ao analisar o Holocausto, ocorrido na Segunda Grande Guerra, demonstra que o mesmo só poderia acontecer em condições de modernidade e, mesmo contrariando as concepções correntes da modernidade como promotora da liberdade e da democracia, foi uma consequência da mesma. Inspirado em Bauman, Sant’Ana Júnior (2004) argumenta que a exploração semi-servil do trabalho nos seringais da Amazônia brasileira, somente pode se instalar em condições de modernidade e, portanto, é tão moderna quanto o trabalho assalariado nas indústrias de Manchester, que utilizavam a borracha extraída das florestas tropicais.

8 De forma semelhante Eisenstadt (1987, p.10) denomina o processo de expansão da modernidade de “invasão” modernizadora e aponta como fatores básicos que determinam padrões diferenciados de interação e resposta à esta “invasão” os seguintes itens: “the basic premises of those civilizations and societies on which the new modern international systems impinged and the points of entry of

these societies into these international systems; the types and modes of technology and of economy prevalent in these civilizations; the tradition of response to situations of change; and traditions of heterodoxy, rebellion and innovations that have developed in the history of these civilizations in particular”.

9 Esta perspectiva metodológica que enfatiza a especificidade de cada evento ou situação histórica e assume o método comparativo como instrumento para captar as especificidades, e não as semelhanças, é herdada de Marx Weber (2001).

10 Uma formulação semelhante é encontrada em Eisenstadt (1987), cuja proposta de pensar os processos de difusão da modernidade a partir da noção de invasões modernizadoras, cujos efeitos dependeriam de cada povo ou região atingidos, leva à conclusão de que deve-se falar em “modernidades” e não em uma uniformizadora “modernidade”.

REFERÊNCIAS

- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Trad. Marcus PENCHEL. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania**. Tradução Mary Amazonas Leite de BARROS. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**; a aventura da modernidade. Trad. C. F. MOISÉS e A. M. IORIATTI. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- DOMINGUES, José Maurício. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999a.
- _____. A sociologia da modernidade. In: **Revista Brasileira de Ciência Sociais**. nº 32, out. 1996. pp. 179-181.
- _____. Globalização, sociologia e cultura. In: **Contexto Internacional**. vol. 15, nº 2, jul/dez 1993. pp. 279-294.
- _____. **Sociologia e modernidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999b.
- _____. **Sociological theory and collective subjectivity**. London: MacMillan Press, 1995.
- EISENSTADT, Shmuel N. (Org.). **Patterns of Modernity**. Londres: Frances Pinter, 1987. Vol. II - Beyond the West.
- ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo**; construcción y reconstrucción del desarrollo. Trad. Diana Ochoa. Santafé de Bogotá: Norma, 1996.
- IANNI, Octávio. A sociologia e o mundo moderno. In: **Tempo Social**. Revista de Sociologia da USP. 1 (1): 7-27, 1º semestre. 1989.
- RECASENS, Andreu V. **Antropologia del desarrollo**: Teorias y estudios etnográficos en América Latina. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós, 2000.
- SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: guia para o conhecimento do poder. Trad. Vera L. M. JOSCELYNE *et al.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice**: o social e o político na pós-modernidade. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- SANT'ANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Florestania**: a saga acreana e os Povos da Floresta. Rio Branco: EDUFAC, 2004.
- WAGNER, Peter. **A sociology of modernity**; liberty and discipline. Londres: Routledge, 1994.
- WEBER, Max. A "objetividade" do conhecimento na ciência social e na ciência política. In WEBER, Max. **Metodologia das ciências sociais**. 4ª ed. Trad. Augustin Wernet. São Paulo: Cortez/Ed. da UNICAMP, 2001. Parte 1. pp. 107-154.